



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

A centralidade do racismo na sociabilidade capitalista

Carina dos Santos Magalhães¹

Resumo: O presente artigo analisa o racismo como elemento estruturante da sociabilidade capitalista a partir do materialismo histórico-dialético, estabelecendo mediações com o Serviço Social. Parte-se da compreensão de que a questão racial é constitutiva da questão social, atuando como mecanismo de fragmentação da classe trabalhadora e de reprodução das desigualdades. Discute-se a incorporação do referencial marxista na profissão e suas implicações para uma atuação crítica. Conclui-se que a luta antirracista é indissociável da luta anticapitalista, sendo fundamental para a construção de práticas profissionais comprometidas com a emancipação humana.

Palavras-chave: racismo; capitalismo; serviço social; marxismo; questão social

The centrality of racism in capitalist sociability

Abstract: This article analyzes racism as a structural element of capitalist sociability based on historical-dialectical materialism, establishing connections with Social Work. It argues that the racial question is a mechanism for fragmenting the working class and reproducing inequalities. The paper discusses the incorporation of Marxist theory into the profession and its implications for critical practice. It concludes that anti-racist struggle is inseparable from anti-capitalist struggle and essential for building professional practices committed to human emancipation.

Keywords: racism; capitalism; social work; Marxism; social question

1. Introdução

A compreensão das desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo exige uma abordagem teórico-metodológica capaz de apreender a realidade em sua complexidade, historicidade e contradições. Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético constitui um dos principais referenciais críticos para a análise das relações sociais, ao evidenciar que as formas de organização da vida em sociedade estão fundamentadas nas condições materiais de existência e nas relações de produção. A partir dessa perspectiva, categorias como classe social, exploração, ideologia e luta de classes tornam-se centrais para interpretar fenômenos estruturais, entre eles o racismo, entendido como elemento constitutivo da sociabilidade capitalista, especialmente em formações sociais marcadas pela herança colonial e escravocrata, como a brasileira.

¹ Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ) Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Email: seso.carinamagalhaes@gmail.com.

Diante desse panorama, o presente artigo se orienta pelo seguinte problema de pesquisa: de que maneira o racismo pode ser compreendido, à luz do materialismo histórico-dialético, como elemento estruturante da sociedade capitalista, e quais são as implicações dessa compreensão para a atuação do Serviço Social? Tal questão emerge da necessidade de apreender

A relevância deste estudo reside, do ponto de vista teórico, na contribuição para o aprofundamento do debate acerca da articulação entre marxismo e questão racial, evidenciando os limites de interpretações reducionistas e reforçando a necessidade de uma análise integrada das múltiplas determinações sociais. No plano profissional, destaca-se a importância de subsidiar o Serviço Social na construção de respostas críticas e qualificadas frente às expressões contemporâneas da “questão social”, especialmente aquelas atravessadas pelo racismo estrutural.

2. Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Karl Marx

A construção teórica de Marx encontra-se alicerçada no materialismo histórico-dialético, método de interpretação da realidade social que articula a análise das formas históricas concretas com uma perspectiva crítica e transformadora. Desenvolvido como contraponto à dialética idealista de Hegel, o método marxiano supera a lógica formal tradicional, ao reconhecer que o real é marcado pela contradição, pelo movimento e pela historicidade. Nessa perspectiva, a realidade social é apreendida como totalidade dinâmica, constituída por múltiplas determinações e atravessada por contradições que se desenvolvem no curso de sua transformação histórica².

A partir da crítica ao idealismo hegeliano, Marx propõe uma inversão epistemológica, ao deslocar a dialética do plano das ideias para o da materialidade concreta da vida social. Em suas palavras, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 2023, p.). Assim sendo, trata-se de compreender a realidade social por meio das relações materiais de produção, que estruturam e condicionam os demais aspectos da vida em sociedade, como o direito, a política, a cultura e a ideologia.

² A totalidade, no pensamento marxista, não é uma simples soma de partes, mas uma unidade dinâmica e contraditória de múltiplas determinações. Cf. Kosik, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

A dialética marxista, é um instrumento lógico-analítico e praxiológico, cujo objetivo visa à sua superação concreta por meio da transformação das condições objetivas de existência³. Ao contrário da lógica formal, que reifica o pensamento ao isolar categorias de modo abstrato, o método dialético opera por mediações, permitindo a reconstrução teórica da realidade enquanto totalidade histórica e contraditória (Kosik, 1976; Lukács, 2003).

Nesse processo, o conhecimento é concebido como uma atividade crítica que se desenvolve a partir da observação do empírico e, por meio da mediação teórica e da elaboração conceitual, avança rumo à apreensão do concreto pensado, entendido como a síntese das múltiplas determinações que constituem a essência do objeto⁴. Ao compreender essa dinâmica, entende-se que a distinção entre o empírico e o concreto implica em um movimento de superação dialética que permite captar a totalidade articulada do fenômeno investigado.

O núcleo central da concepção histórica de Marx reside na luta de classes, entendida como motor do desenvolvimento histórico, expressão das contradições imanentes à estrutura econômica e das formas de apropriação desigual dos meios de produção (Marx, 2010). A história, portanto, é compreendida como processo de constituição e dissolução de formas sociais, sempre mediadas por conflitos entre classes sociais com interesses antagônicos.

Apesar das críticas que emergiram no contexto da crise do socialismo real, o método marxista mantém-se como uma das ferramentas mais potentes para a análise das estruturas da sociedade capitalista, desde que contextualizado historicamente e articulado às transformações contemporâneas. Sua capacidade de apreender a realidade social em sua totalidade, articulando economia, política e ideologia, confere-lhe atualidade analítica, sobretudo em temas como a reprodução das desigualdades sociais e as formas históricas de opressão, entre elas o racismo.

³ Trata-se do que Marx denominou como “práxis”: unidade entre teoria e prática na transformação da realidade social. Essa dimensão praxiológica distingue o método marxista de outras abordagens analíticas.

⁴ Sobre essa diferenciação entre empírico e concreto pensado, ver: Lukács, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

2.1. O Racismo na Perspectiva Marxista

Ante o exposto, pode-se aferir que a análise do racismo, a partir do método materialista histórico-dialético, requer compreendê-lo como parte constitutiva da totalidade social.

Em outros termos, sabendo que, na concepção marxiana, a sociedade capitalista estrutura-se por relações de produção baseadas na exploração do trabalho e na expropriação das condições de existência da classe trabalhadora, pode-se compreender que o racismo deve ser concebido como forma ideológica que reforça e legitima a dominação de classe (Moura, 2019).

Desse modo, sendo funcional ao modo de produção capitalista, o racismo opera como um mecanismo de mediação entre a infraestrutura econômica⁵ e as formas políticas e ideológicas que asseguram a reprodução do capital. Posto isso, nota-se que ele atua segmentando a classe trabalhadora, ao dividi-la segundo linhas raciais, dificultando, assim, sua articulação unificada frente à exploração. Sendo assim, o racismo constitui uma lógica que se perpetua e se atualiza nas estruturas do capitalismo contemporâneo, reproduzindo desigualdades que favorecem a acumulação de capital (Davis, 2016).

Essa interpretação é aprofundada por Mészáros (2011), ao evidenciar que a dominação capitalista se efetiva por meio da coerção econômica articulada a sistemas ideológicos que naturalizam diferentes formas de opressão, entre as quais se insere o racismo. Desse modo, pode-se apreender que a lógica da reprodução do capital exige a fragmentação da força de trabalho, sendo a racialização dos corpos um recurso funcional, dado que estabelece hierarquias naturalizadas que legitimam a superexploração de determinados grupos.

Além disso, faz-se crucial destacar que o universalismo abstrato do capitalismo, desde suas origens, não apenas incorporou, mas foi fundamentalmente estruturado por hierarquias raciais preexistentes (Robinson, 1983). Dessa maneira, analisando a expansão capitalista europeia, que ocorreu em um contexto já racialmente estratificado, é possível apreender que a lógica da acumulação capitalista se articulou

⁵ Para Marx, a infraestrutura corresponde ao conjunto das forças produtivas, constituídas pelos meios de produção, pela matéria-prima e pela força de trabalho humana. É nesse nível que se estabelecem as relações de produção, marcadas, no modo de produção capitalista, pela exploração da força de trabalho e pela lógica da acumulação de capital.

desde o início a mecanismos de dominação racial, estabelecendo uma divisão do trabalho global fundada na subalternização dos povos não europeus.

Ante o exposto, torna-se fundamental evidenciar que o capitalismo racial expressa a imbricação entre a lógica de acumulação do capital e as práticas de racialização, particularmente no contexto colonial e escravista. Nessa direção, o racismo configura-se como fundamento estruturante desse modo de produção, incidindo diretamente na organização das relações sociais e na produção das desigualdades.

Nesse sentido, a exploração econômica e a opressão racial constituem dimensões estruturais e interdependentes do capitalismo moderno, articulando-se na conformação das relações sociais e na reprodução das desigualdades. Nessa lógica, ao retomar e atualizar essa perspectiva, sustenta que o mundo moderno foi construído sobre um imaginário racial colonial, no qual a racialização das populações foi condição para sua desumanização, servindo como fundamento ideológico para a escravidão, o colonialismo e a expropriação sistemática de corpos e territórios (Mbembe, 2018)

A partir dessa leitura, a constituição do capitalismo global apresenta-se como um processo que articula dimensões econômicas, políticas e epistêmicas, atravessado pela racialização estrutural dos sujeitos e dos espaços. Logo, o racismo configura-se como um elemento constitutivo e estruturante da exploração capitalista, além de ser um dispositivo de gestão da vida e da morte, operando na estruturação da modernidade.

Essa leitura é aprofundada pela noção de necropolítica⁶ (Mbembe, 2018), segundo a qual o poder soberano se manifesta na capacidade de decidir quem deve viver e quem pode ser abandonado à morte.

No contexto do capitalismo racial (Robinson, 1983), essa lógica se articula com a história da escravização, do colonialismo e da marginalização sistemática de populações racializadas, especialmente negras e indígenas, que são convertidas em corpos descartáveis, expostos a condições extremas de violência, encarceramento e desproteção social⁷.

⁶ Para uma discussão mais detalhada, ver: MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

⁷ A desproteção social refere-se à negação sistemática ou à limitação do acesso a direitos sociais fundamentais, fenômeno que se intensifica com a adoção de políticas neoliberais, pautadas pelo desmonte do Estado de bem-estar e pela focalização seletiva das ações públicas (Iamamoto, 2017). Nos países de capitalismo dependente, essa condição incide desproporcionalmente sobre populações historicamente racializadas, que seguem tendo seus direitos violados e, consequentemente, têm o acesso à cidadania plena negado (Mignolo, 2007). Por fim, faz-se essencial pontuar que a desproteção social deve ser compreendida

O racismo, nesse sentido, opera como um princípio organizador da necropolítica capitalista, naturalizando a desigualdade radical na distribuição da morte e tornando determinadas vidas permanentemente matáveis (Mbembe, 2018). Assim, ao integrar essa perspectiva ao método marxista, evidencia-se que o racismo legitima a superexploração da força de trabalho e estrutura a lógica de exclusão que delimita quais vidas são incorporadas aos processos de valorização do capital e quais são relegadas à “zona do não-ser” (Fanon, 2018), compreendida como um espaço de negação ontológica em que a morte social e física se configura como condição permanente, particularmente para os sujeitos racializados.

Portanto, o método marxiano revela o racismo como forma de dominação que se inscreve nas relações sociais de produção, sendo, simultaneamente, expressão da totalidade concreta e mecanismo necessário à reprodução do capital. Logo, a análise crítica do racismo, a partir dessa perspectiva, não pode prescindir das condições históricas de exploração da força de trabalho negra, indígena e periférica, tampouco de sua função ideológica na legitimação das desigualdades estruturais.

3. A aproximação do Serviço Social com a metodologia e as bases marxistas

A incorporação do referencial marxista no Serviço Social brasileiro configura-se como um processo histórico complexo, não linear e mediado pelas transformações societárias e pelas disputas teórico-políticas no interior da profissão. Esse movimento tem como marco fundamental o Movimento de Reconceitualização, que emerge na América Latina a partir da década de 1960, em um contexto de intensas transformações políticas e sociais, buscando romper com o conservadorismo e o tradicionalismo profissional (Netto, 2005; Iamamoto, 2006).

A Reconceitualização constituiu-se como parte de um processo internacional de crítica ao Serviço Social tradicional, fortemente influenciado pelo positivismo e por práticas empiristas, propondo a construção de novas bases teóricas, práticas e políticas voltadas às demandas reais da sociedade (Netto, 2005). Nesse contexto, a aproximação com o marxismo ocorre inicialmente por meio da militância política e da interlocução

não apenas como legado do colonialismo, mas como expressão contínua de um projeto de dominação racial e econômica, atualizado por instituições que reproduzem, sob novas formas, as lógicas excludentes do colonialismo e do capitalismo.

com a tradição revolucionária, assumindo um caráter predominantemente ídeo-político (Iamamoto, 2006).

Essa primeira forma de apropriação, embora fundamental para o reposicionamento crítico da profissão, apresentou limites, como tendências messiânicas e voluntaristas, além de um superdimensionamento do papel do Serviço Social na transformação social (Iamamoto, 2006). Posteriormente, desenvolve-se uma segunda forma de incorporação do marxismo, caracterizada como apropriação epistemológica, na qual a teoria social de Marx é concebida como um instrumento aplicável à realidade. Essa perspectiva, entretanto, incorre em reducionismos ao desconsiderar as mediações entre teoria e prática, resultando em leituras abstratas e, por vezes, descoladas das condições concretas do exercício profissional (Netto, 2011; Iamamoto, 2006).

É a partir da década de 1980 que se consolida uma aproximação mais qualificada com a teoria social de Marx, especialmente em sua dimensão ontológica. Nesse processo, destaca-se a contribuição de Iamamoto (2009), que inaugura uma interpretação histórico-metodológica capaz de situar o Serviço Social no interior das relações sociais capitalistas, compreendendo-o como parte constitutiva dos processos de produção e reprodução social. Trata-se de um avanço significativo, na medida em que possibilita a apreensão da profissão a partir da totalidade social, superando análises endógenas.

Essa apropriação ontológica se expressa na consolidação de importantes marcos normativos da profissão, como o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996, que evidenciam o amadurecimento teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social brasileiro (Santos, 2007). Ainda assim, esse processo não se deu de forma homogênea, persistindo no interior da categoria tensionamentos decorrentes de apropriações parciais da tradição marxista, como o chamado “marxismo sem Marx” (Quiroga, 1991; Iamamoto, 2006).

Apesar dessas contradições, a tradição marxiana consolidou-se como fundamento central do projeto profissional crítico, permitindo ao Serviço Social apreender a realidade social em sua totalidade contraditória, articulando as dimensões econômicas, políticas e ideológicas que constituem a sociabilidade capitalista.

3.1. A partir dessas bases: a luta do Serviço Social contra o racismo e o capitalismo

A partir da incorporação do referencial marxista, especialmente em sua dimensão ontológica, o Serviço Social passa a dispor de instrumentos teórico-metodológicos capazes de apreender o racismo como elemento estruturante da sociabilidade capitalista, particularmente no contexto do capitalismo dependente brasileiro. Nesse sentido, a luta contra o racismo não pode ser concebida de forma dissociada da luta contra o capitalismo, configurando-se como uma luta societária, voltada à superação das relações estruturais de exploração e dominação.

O Serviço Social insere-se na divisão social e técnica do trabalho (Netto, 2009), participando ativamente dos processos de produção e reprodução das relações sociais (Iamamoto, 2006), nos quais o assistente social apreende a realidade em sua totalidade para nela intervir de forma crítica e propositiva. Nessa direção, compreende-se a mediação como um processo complexo que articula as múltiplas determinações da realidade social, conectando o imediato ao mediato e as expressões particulares às determinações universais da questão social (Carmo, 2006).

Assim, no cotidiano profissional, assistentes sociais atuam como articuladores de mediações, estabelecendo relações entre as dinâmicas do capitalismo, as estruturas de opressão como o racismo, as respostas institucionais e a efetivação da cidadania. Para tanto, mobilizam de forma indissociável suas competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, orientadas pelo projeto ético-político profissional, com vistas à defesa dos direitos sociais, ao fortalecimento dos sujeitos coletivos e à construção de uma sociabilidade emancipada.

O Projeto Ético-Político Profissional, enquanto construção coletiva da categoria, tem orientado a direção crítica da profissão, especialmente no campo legal, na organização política e nas diretrizes de formação e trabalho profissional (Duarte, 2017). Esse projeto se fortalece, entre outros aspectos, a partir da incorporação do debate étnico-racial, como evidenciado no documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018), que destaca a centralidade desta temática como um dos desafios históricos da profissão.

A compreensão do racismo como eixo estruturante da sociedade capitalista dependente exige uma análise que articule classe, raça e gênero, reconhecendo que as desigualdades sociais são produzidas a partir da imbricação entre essas determinações.

Nesse sentido, Cisne (2014) evidencia a importância de compreender as raízes históricas das desigualdades nas relações patriarcais, raciais e capitalistas, destacando sua centralidade na conformação da classe trabalhadora.

O Serviço Social brasileiro, especialmente a partir do final da década de 1980, tem buscado consolidar seu Projeto Ético-Político como expressão de um amadurecimento teórico e interventivo, sustentado pela teoria social marxista e pelo método histórico-dialético (Iamamoto, 2006). Esse processo implica um esforço permanente de apreensão crítica da realidade e de construção de respostas profissionais articuladas à luta da classe trabalhadora.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) expressam esse compromisso ao estruturar a formação profissional a partir da articulação entre a formação sócio-histórica brasileira, a vida social e o trabalho profissional, promovendo uma formação crítica e comprometida com a realidade nacional. Nesse sentido, Bezerra *et al.* (2019) destacam a necessidade de aprofundamento do conhecimento da realidade brasileira como condição para apreender a relação entre “questão social” e “questão nacional”, bem como as particularidades históricas da profissão.

Dessa forma, impõe-se ao Serviço Social a urgência do debate étnico-racial articulado à luta de classes, reconhecendo-o como chave analítica fundamental para a compreensão da superexploração da força de trabalho e da expropriação de direitos conquistados pela classe trabalhadora. Tal perspectiva exige pensar a totalidade da formação e do trabalho de assistentes sociais a partir de uma lógica antirracista, considerando as especificidades do capitalismo brasileiro, caracterizado por sua dependência estrutural e pela permanência de relações de heteronomia (Fernandes, 1995).

Por fim, reafirma-se que o trabalho do assistente social, orientado por uma perspectiva crítica, deve necessariamente se inserir na luta antirracista articulada à luta anticapitalista, compreendendo que a emancipação humana exige a superação das bases estruturais que sustentam as desigualdades raciais e sociais. Assim, compreende-se a importância de uma direção profissional que reconhece o antirracismo como dimensão constitutiva para a luta de um projeto societário emancipatório.

4. Considerações Finais

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram retomar o objetivo central proposto, qual seja, analisar o racismo como elemento estruturante da sociabilidade capitalista a partir do materialismo histórico-dialético, estabelecendo suas mediações com o campo do Serviço Social. Nesse percurso, ao compreender os fundamentos teórico-metodológicos da tradição marxista, faz-se possível apreender o racismo como categoria articulada à reprodução do capital, além de examinar sua incorporação no Serviço Social brasileiro, especialmente no âmbito do projeto ético-político profissional.

A pesquisa demonstrou que a racialização dos sujeitos atua como mecanismo de hierarquização da força de trabalho, contribuindo para a superexploração de determinados grupos e para a fragmentação da classe trabalhadora. Dessa forma, apreende-se que o racismo, à luz do materialismo histórico-dialético, configura-se como mediação essencial na reprodução das desigualdades sociais, sendo indissociável das relações de classe e das dinâmicas de acumulação capitalista. Para o Serviço Social, essa compreensão implica reconhecer que o trabalho profissional ocorre em uma realidade marcada por determinações raciais, exigindo uma atuação que vá além de respostas imediatas e incorpore uma perspectiva crítica e totalizante.

Em última instância, reafirma-se que a superação da ordem burguesa exige o enfrentamento simultâneo da questão social e da questão racial, uma vez que ambas se constituem de forma indissociável. A luta contra a opressão racial não apenas integra a luta de classes, como é condição para sua efetivação. Do mesmo modo, a crítica marxista encontra, na análise do racismo, uma via de aprofundamento de sua capacidade explicativa, permitindo tornar mais inteligíveis as determinações concretas das relações sociais. Posto isto, Gonçalves (2018) aponta que reconhecer que a emancipação humana demanda, necessariamente, a articulação entre a luta antirracista e a luta anticapitalista.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social**. Vitória: ABEPSS, 2018.

BEZERRA, Lucas *et al.* **Realidade brasileira e Serviço Social: formação e trabalho profissional em debate**. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (Org.). *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019, p. 179-197.

CARMO, Caroline Ramos. **Serviço social crítico: a mediação a serviço da efetivação de direitos e materialização do projeto ético-político**. In: *Semana de Mobilização Científica*, 9., 2006, Salvador. *Anais da IX SEMOC*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2006. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/e4592e36-80bf-4f6f-a155-be31477c00e8/content>. Acesso em: 21 abr. 2026.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Janaína L. do Nascimento. **Notas sobre o Projeto Ético-Político Profissional: fundamentos, construção e desafios**. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 176-200, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IAMAMOTO, Marilda. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Acesso em: 30 jul. 2022.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação – 40 anos depois**. Serviço Social e **Sociedade**, São Paulo, n. 84, ano XXVI, p. 05-20, nov. 2005.

NETTO, José Paulo **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism: the making of the Black radical tradition**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.